



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

Visita de Estudos de Delegação Parlamentar da Comissão de Assuntos Financeiros – CAF da Casa de Representantes da Indonésia

20 de novembro de 2012

Objetivo: obter informações acerca da legislação e regulamentação do setor bancário brasileiro, com vistas à elaboração, na Indonésia, de projeto de lei sobre esse assunto.

REPÚBLICA DA INDONÉSIA





CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

Índice

Programa Provisório	3
Biografia do Chefe da Delegação	4
Dados Básicos	5
Características gerais	6
Relações bilaterais	6
Comércio e economia	8
Política interna	9
Poder Legislativo	10
Casa dos Representantes (Dewan Perwalikan Rakyat)	10
Câmara dos Representantes Regionais (DPD)	11
Assembleia Popular Consultiva (MPR).....	11
Economia	12
Política externa	12



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

Programa Provisório

20 de novembro de 2012 – terça-feira

- 09h50 Chegada na Câmara dos Deputados
 Portaria do Anexo II
- 10h00 Reunião na Comissão de Finanças e Tributação – CFT
 Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 136

Delegação Oficial

1. Deputado Dr. Harry Azhar Aziz, Vice Presidente da Comissão e Chefe da Delegação
2. Deputado Andi Rachmat
3. Deputada Vera Febyanty
4. Deputado Supomo
5. Deputado Ahmad Mustain Syafi'ie
6. Deputado Edison Betaubun
7. Deputado I Gusti Agung Rai Wirajaya
8. Deputado Dolfie OFP
9. Deputado Muhammad Firdaus
10. Deputado Muhammad Hatta
11. Deputado Mustofa Assegaf
12. Deputado Dhohir Farisi

13. Sr. Urip Soedjarwono, Assessor
14. Sr. Sony Hendra Permana, Assessor

Delegação Acompanhante

15. Embaixador Sudaryomo Hartosudarmo, Chefe da Missão Diplomática indonésia
16. Primeira Secretária Ria Suharsi, Encarregada de assuntos políticos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

Biografia do Chefe da Delegação Dr. Harry Azhar Aziz¹



Nascido em Tanjung Pinang (Indonésia) aos 25 de abril de 1956. Atualmente reside em Jacarta.

Histórico de atividades

2010 – 2014 : Vice Presidente da Comissão XI (Assuntos de Finanças, Bancários e Planejamento de Desenvolvimento) da Casa dos Representantes da República da Indonésia.

2005 – 2010 : Consecutivamente eleito Chefe de diversas Comissões de Trabalho relacionadas aos assuntos econômicos.

2002 – 2009 : Membro de várias Comissões Especiais que tratam de assuntos financeiros.

2000 – 2005 : Como Professor Universitário, lecionava matérias relativas à economia em diversas universidades públicas e privadas na Indonésia.

Formação acadêmica

1994 – 2000 : PhD em Economia pela *Oklahoma State University*, EUA.

1988 – 2000 : Mestrado na área de Política Econômica Pública da *University of Oregon*, EUA.

1981 – 1985 : Graduado em Gestão Industrial do *Instituto Superior de Gestão Industrial* do Ministério da Indústria da República da Indonésia.

Regularmente, escreve artigos nos jornais e dá palestras em seminários que tratam dos assuntos econômicos.

¹ Texto informado pela Embaixada da Indonésia



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

Dados Básicos

NOME OFICIAL	República da Indonésia
CAPITAL	Jacarta
MAIORES CIDADES (Censo de 2005)	Jacarta (8,839 milhões); Surabaya (2,612 milhões); Bandung (2,289 milhões)
ÁREA	1.904.443 km ² (pouco menor que os estados do Amazonas, Roraima e Acre juntos.)
POPULAÇÃO (2010)	243 milhões (quarta maior do mundo)
IDIOMAS	Indonésio (oficial), inglês e cerca de 250 línguas e dialetos locais.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo 88%; Protestantismo 5%; Catolicismo 3%; Hinduísmo 2%; Budismo 1%; outras 1%.
SISTEMA POLÍTICO	Presidencialismo
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Susilo Bambang Yudhoyono (reeleito, em julho de 2009, para o segundo mandato de 5 anos)
PRESIDENTE DA CASA DOS REPRESENTANTES	Deputado Marzuki Alie
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia (IDR)
IDH (2010)	0,600 (108º de 169 países listados)
PIB (2010)	US\$ 706,7 bilhões
PIB PPP (2010)	US\$ 1,03 trilhão
PIB per capita (2010)	US\$ 2.908
PIB per capita PPP (2010)	US\$ 4.222
CRESCIMENTO DO PIB	4,5% (2009); 6% (2010); 6,1% (est. FMI 2011)
COMÉRCIO EXTERIOR TOTAL (2010)	US\$ 293,4 bilhões
EXPORTAÇÕES (2010)	US\$ 157,8 bilhões
IMPORTAÇÕES (2010)	US\$ 135,7 bilhões

Fontes: DIC/MRE, agosto de 2011; IMF World Economic Outlook database, setembro de 2011

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL □ INDONÉSIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010 (jan-set)	2011 (jan-set)
Intercâmbio	752,7	954,6	1.132,0	1.587,3	2.252,2	2.138,1	3.180,6	2.053,7	2.628,6
Exportações	382,9	498,4	481,8	693,4	1.143,1	1.150,6	1.662,9	963,3	1.137,4
Importações	369,8	456,1	650,2	893,9	1.109,2	987,5	1.517,7	1.090,5	1.491,1
Saldo	13,1	42,3	-168,4	-200,5	33,9	163,1	145,2	-127,2	-353,7



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

Características gerais

Maior país e economia da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Indonésia é constituída por cerca de 17 mil ilhas, ocupando um território de 1,904 milhão de quilômetros quadrados. Possui a quarta maior população do mundo (243 milhões) e a maior população muçulmana do mundo (88% do total), apresentando-se como potencial “ponte” entre as nações ocidentais e as islâmicas. O PIB a preços correntes foi de US\$ 706,7 bilhões em 2010.

O país tem conseguido aumentar sua projeção internacional, devido a seu peso relativo regional, à linha de moderação que pauta suas relações exteriores (inclusive nas relações com o Mundo Islâmico) e aos esforços contínuos, desde 1998, para consolidar a democracia no plano doméstico.

A Indonésia tornou-se importadora líquida de petróleo e deixou de ser membro da OPEP em 2008. Destaca-se, no entanto, como produtora e exportadora de gás natural. Apesar de ainda ser um dos maiores emissores de gases causadores do efeito estufa, vem buscando papel de maior relevo na temática ambiental, uma das prioridades da política externa e uma das áreas em que busca ampliar a cooperação com o Brasil.

Relações bilaterais

Único país da ASEAN com o qual o Brasil mantém Parceria Estratégica, a Indonésia ocupa alta prioridade na política externa brasileira para a Ásia do Leste. As relações bilaterais têm apresentado notável incremento nos últimos anos, impulsionadas pela troca de visitas presidenciais em 2008 e pelo intenso movimento de visitas em outros níveis.

O rápido avanço nas relações bilaterais beneficiou-se das afinidades existentes em vários campos: evolução convergente dos quadros políticos (fortalecimento do regime democrático); semelhanças nos aspectos físicos (grandes territórios, com importante biodiversidade); humanos (população multiétnica); sociais (disparidades sociais e regionais); liderança exercida nos respectivos entornos regionais (Brasil e Indonésia atuam como formadores de consenso e são as maiores economias do MERCOSUL e da ASEAN, respectivamente); importância atribuída por ambos à dimensão Sul-Sul de suas políticas externas; e posturas moderadas e equilibradas em foros internacionais.

A aproximação entre os dois países ganhou contornos mais definidos no Plano de Ação da Parceria Estratégica, adotado em outubro de 2009, que ampliou os tópicos da agenda bilateral para além de questões comerciais. O Plano de Ação reforça a disposição de ambos os países em ampliar a agenda de cooperação bilateral, ao tratar de assuntos como energias renováveis; defesa; mineração; políticas de inclusão social; cooperação acadêmica e educacional; cooperação científica e tecnológica; além de temas nos planos plurilateral e multilateral.

A Indonésia sedia também o Secretariado da ASEAN. Em fevereiro de 2011, o então Embaixador do Brasil em Jacarta foi credenciado junto à ASEAN. A VALE tem na Indonésia importante investimento para a exploração de níquel. A EMBRAER, por sua



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

vez, concluiu recentemente operação para a venda de 16 Super-Tucanos, e estuda a possibilidade de expansão para 34 unidades adicionais. A Indonésia poderá tornar-se, assim, o segundo maior operador do modelo no mundo, após o Brasil, o que abre importantes oportunidades de cooperação na área de defesa.

Causa preocupação, no entanto, o fato de haver dois brasileiros condenados à morte na Indonésia, em última instância, o que tem sido objeto de gestão de alto nível do Governo brasileiro.

Visitas

O ex-Presidente Lula realizou visita à Indonésia em julho de 2008, ocasião em que foram assinados instrumentos bilaterais sobre cooperação educacional; cooperação na área de etanol; e isenção de vistos para passaportes diplomáticos. Por sua vez, o Presidente Yudhoyono visitou Brasília em novembro de 2008, quando foram assinados memorandos de entendimento sobre erradicação da pobreza; agricultura, e energia e mineração. Durante a mesma visita, foi anunciada a entrada em vigor da Parceria Estratégica. Na ocasião o **Presidente Yudhoyono** foi recebido pelo então **Presidente Arlindo Chinaglia, na Câmara dos Deputados**.

Nos últimos anos, inúmeras delegações parlamentares da Indonésia realizaram visita à Câmara dos Deputados.

Em abril de 2008, delegação composta por 17 parlamentares da Comissão de Condecorações da Casa dos Representantes (equivalente à Câmara dos Deputados) reuniu-se com o então Segundo Secretário, Deputado Ciro Nogueira, com Parlamentares da Bancada Feminina e da Comissão de Educação e Cultura, com o intuito de realizar estudo comparativo sobre concessão de condecorações nas duas Casas Legislativas.

Em setembro de 2008, o Presidente da Casa dos Representantes, S.E. o Sr. Agung Laksono, foi recebido pelo então Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Delegação da Comissão de Agricultura da Casa dos Representantes, composta por 12 parlamentares, reuniu-se com a Comissão de Agricultura Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados em junho de 2009.

Em setembro de 2009, delegação da Comissão de Energia da Casa dos Representantes, integrada por sete parlamentares, reuniu-se com Consultores Legislativos com o objetivo de conhecer a política brasileira de formação de preços da gasolina.

Em julho de 2010, delegação integrada por 10 deputados da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Casa dos Representantes reuniu-se com Consultores, com o objetivo de conhecer o funcionamento da Consultoria Legislativa da Câmara e, posteriormente, com o Deputado Pedro Wilson (PT/GO), então membro da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, e com a Deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO), então Presidente da Comissão de Turismo e Desporto.

Em 13 de abril de 2011, Delegação do Grupo de Cooperação Bilateral do Parlamento da Indonésia, integrada por 11 parlamentares, visitou a Câmara dos Deputados,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

com vistas à promoção do diálogo interparlamentar. Na ocasião, foi recebida pela Primeira Vice-Presidente, Deputada Rose de Freitas, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputado Carlos Alberto Lereia, e pelos Deputados Valdir Colato (PMDB/SC), Osmar Serraglio (PMDB/PR) e Sebastião Bala Rocha (PDT/AP).

No mesmo mês, ocorreu a visita da Comissão Parlamentar de Meio Ambiente e Agricultura do Parlamento indonésio, que foi recebida pela Primeira Vice-Presidente, Deputada Rose de Freitas.

O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Indonésia foi criado durante a 50ª legislatura brasileira, em 1997. Entretanto, ele foi desativado em 2001 e não há indícios de uma reativação.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, visitou a Indonésia em novembro de 2011 para realizar reunião bilateral com seu homólogo e participar da 19ª Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em Bali.

Em 27 de agosto de 2012, uma Delegação Parlamentar da Comissão Especial da Casa de Representantes da Indonésia visitou a Câmara dos Deputados com o intuito de conhecer a organização político-administrativa do Brasil. Um dos principais focos da visita foi entender a relação entre União, estados e municípios, como subsídios para enriquecimento da discussão, na Indonésia, acerca do Projeto de lei sobre vilas (a menor entidade administrativa indonésia).

Comércio e economia

O comércio bilateral ampliou-se bastante entre 2002 e 2010, tendo saltado de US\$ 575 milhões para US\$ 3,181 bilhões (crescimento de 453% no período, superior ao total brasileiro de 256%). A crise global teve efeito relativamente pequeno no intercâmbio bilateral (queda de 5,1% em 2009, contra -24,4% para o total brasileiro) e já em 2010, o comércio bilateral superou em muito o nível pré-crise. O Brasil exporta à Indonésia, sobretudo, produtos primários (ferro, açúcar, algodão, entre outros) e importa produtos primários ou de maior valor agregado (fibras sintéticas, óleos, borracha, aparelhos elétricos, entre outros).

Recentemente, foi acordada a venda de 16 aeronaves Super-Tucano da Embraer para a Força Aérea Indonésia. Poderiam ser vendidas 34 unidades adicionais, pendente de acordo de cooperação industrial no setor aeronáutico entre os dois países.

A Parte brasileira tem feito seguidas gestões no sentido de liberar o comércio bilateral de carne, bloqueado devido à não-incorporação à legislação indonésia do princípio da regionalização.

A companhia Vale mantém importante presença na exploração de níquel na Indonésia, o que constitui um dos maiores investimentos brasileiros na Ásia. A Indonésia, por sua vez, tem investimento no setor de celulose brasileiro e poderá investir na produção de óleo de palma na região Norte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

Política interna

Após quase cinco décadas de governos militares (período Sukarno, de 1945 a 1967, e Suharto, entre 1967 e 1998), a Indonésia realizou, em fins da década passada, a transição para o regime democrático. O atual Presidente, Susilo Bambang Yudhoyono, (general da reserva, ex-Ministro de Minas e Energia e ex-Ministro para Assuntos Políticos e de Segurança), foi reeleito em julho de 2009, com 60,8% dos votos. As eleições legislativas, de abril de 2009, resultaram em grande mudança na composição do Parlamento indonésio, com a ascensão do Partido Democrático (PD), do atual Presidente. O tradicional partido Golkar também compõe a coalizão governista. Os partidos islâmicos não tiveram grande destaque nas eleições.

A política indonésia é balizada por uma tradicional filosofia de Estado, denominada *Pancasila* (cinco princípios, em Sânscrito). Dessa forma, os atos de Estado devem observar os seguintes princípios: crença no único Deus; justiça humana; unidade nacional; deliberação de representantes em busca de consenso; e justiça social.

Apesar da importância do tema religioso na política indonésia, há clara distinção entre o Estado e a religião, e os partidos islâmicos não têm obtido grande destaque no Parlamento. Ainda que a Constituição indonésia garanta o direito à liberdade religiosa, o Estado reconhece apenas cinco religiões (Islamismo, Protestantismo, Catolicismo, Hinduísmo, Budismo) além do Confucionismo.

A reforma constitucional de 2002 consagrou o princípio da independência entre os três poderes e estipulou o voto direto para Presidência da República (o atual Presidente Yudhoyono foi o primeiro a ser eleito pelo voto direto, em 2004), com possibilidade de reeleição. Também extinguiu os 38 assentos antes reservados aos militares, no Parlamento indonésio, e conferiu *status* especial às províncias de Aceh e Papua, nas quais movimentos armados separatistas reivindicavam independência.

Dentre os desafios do governo indonésio, destacam-se os movimentos separatistas (o que tem motivado concessão de maior autonomia a algumas províncias), o terrorismo e a corrupção. Tem crescido a pressão popular para que o governo dê seguimento ao combate à corrupção, tema da campanha eleitoral do Presidente. Em outubro de 2011, o Presidente realizou grandes mudanças em seu Gabinete, incluindo as Pastas de Comércio e Justiça. Na Chancelaria, houve mudança no nome do Vice-Ministro.

Haverá eleições presidenciais em 2014, quando a geometria das coalizões partidárias poderá alterar-se. O atual presidente é impedido pela Constituição de buscar a segunda reeleição, e não se vê um nome forte em seu partido (Democrático) para sucedê-lo. Aburizal Bakrie, um dos homens mais ricos do país e presidente do partido mais tradicional (Golkar), é tido como um provável candidato de peso. Há sinais de que o Golkar, que atualmente integra a coalizão governamental, esteja dando passos no sentido de distanciar-se do Partido Democrático, com vistas a viabilizar a eventual candidatura de Bakrie.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

Poder Legislativo

Casa dos Representantes (Dewan Perwakilan Rakyat)

O Poder Legislativo da Indonésia é unicameral. Entretanto, o Legislativo Indonésio está dividido em duas casas, a Casa dos Representantes (DPR) e a Câmara de Representantes Regionais (DPD), que juntas, formam a Assembleia Consultiva do Povo (MPR). Essa divisão demonstra uma tendência de mudança para um sistema bicameral.

A Casa dos Representantes tem o poder de elaborar leis e monitorar o Executivo. Seus membros são eleitos para mandatos de 5 anos pelo voto proporcional. As reformas ocorridas a partir de 1998 têm aumentado o papel e a importância da Casa dos Representantes na administração federal. O Sr. Marzuki Alie, do Partido Democratas, é o atual presidente da Casa dos Representantes. É composta por 560 membros, dos quais 101 são mulheres, o que representa cerca de 18.04% do total de parlamentares. Tem função legislativa, orçamentária e de supervisão e controle. É o local onde as leis são efetivamente discutidas e elaboradas.

As eleições são diretas e existem 33 circunscrições eleitorais correspondentes às províncias (3 são territórios de regime especial - Aceh, Yogyakarta e Jakarta). Os partidos políticos devem assegurar que pelo menos 30 % dos seus candidatos sejam do sexo feminino. A fim de ganhar representação parlamentar, os partidos devem ultrapassar o limite de 2,5% do total dos votos. O voto na Indonésia não é obrigatório. Os eleitores precisam apenas ser maior de 17 anos ou casados, no momento da inscrição e ter nacionalidade indonésia. Os partidos políticos que disputaram as eleições anteriores são automaticamente credenciados para apresentar candidatos, enquanto outros partidos devem se submeter à avaliação da Comissão Geral Eleitoral.

As eleições de 9 de abril de 2009 foram realizadas três meses antes das eleições presidenciais. A campanha eleitoral durou quase nove meses. Essas eleições parlamentares foram o primeiro passo na corrida para a eleição para a presidência, uma vez que a nova lei eleitoral determina que apenas os partidos ou coligações com 20 % dos assentos na Assembleia Consultiva do Povo, ou 25% dos votos válidos, podem indicar um candidato para as eleições presidenciais.

Susilo Bambang Yudhoyono se elegeu Presidente da República, pelo Partido Democratas (PD), pedindo apoio dos eleitores para continuar a sua política reformista para proteger o país da recessão econômica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

Eleição para a Assembleia Consultiva do Povo – Distribuição das cadeiras

Partidos Políticos	Total das cadeiras
Partido Democratas (PD)	148
Partido Golkar	108
Partido Democrático Indonésio da Luta (DPI-P)	93
Partido Justiça Próspera (PKS)	59
Partido Mandato Nacional(PAN)	42
Partido Unidos para o Desenvolvimento (PPP)	39
Partido Movimento da Grande Indonésia	30
Partido Nacional Awakening	26
Partido da Consciência do Povo	15

Câmara dos Representantes Regionais (DPD)

Trata-se de uma assembleia nova que cuida de questões regionais, instituída em 2004. Sua criação visa melhorar a democracia, assegurando a participação das diferentes regiões de um país com território tão disperso. O Conselho é composto por representantes regionais das províncias, que são escolhidos nas eleições gerais. O número de membros do Conselho não pode exceder a um terço do número dos membros da Casa dos Representantes.

O Conselho pode apresentar projetos de leis, junto à Casa dos Representantes, que tratem de autonomia regional, da relação entre o governo federal e os regionais, criação e desenvolvimento de novas regiões, além de administração de recursos econômicos relacionados às regiões. O Conselho também emite pareceres em projetos de lei referentes a impostos, educação, questões religiosas, além de supervisionar a implementação das leis, devendo se reunir pelo menos uma vez por ano. Apesar de preparar pareceres, o Conselho não tem os poderes de uma casa revisora, mas sua implementação indica a vontade política na Indonésia de transformação do legislativo em uma estrutura bicameral.

Assembleia Popular Consultiva (MPR)

Antes da reforma constitucional, em 2004, essa assembleia era considerada a instituição mais importante do Estado. Após tais mudanças, a MPR passou a ocupar uma posição de igualdade com os demais órgãos estatais, deixando de ser a representação maior de todos os cidadãos da Indonésia.

É composta pelos 560 membros da Casa dos Representantes (DPR) e pelos 132 membros da Câmara de Representantes Regionais (DPD), que são escolhidos por meio de eleição, possuindo um mandato de 5 anos. Além deles, a polícia e alguns representantes de estratos sociais do país integram sua composição. A Assembleia se reúne uma vez a cada cinco anos na capital do país, Jacarta.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Relações Internacionais

Economia

A economia indonésia representa 33% do PIB da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e tem apresentado índices expressivos de crescimento nos últimos anos. A crise mundial, iniciada em 2008, teve tênues efeitos sobre a economia indonésia, que cresceu 4,5% em 2009 e 6,1% em 2010. Para 2011, o FMI prevê crescimento de 6,4%.

As prioridades do atual Governo em relação à economia são a manutenção da estabilidade macroeconômica; a formação de ambiente favorável aos investimentos externos; a revitalização da agricultura; e o desenvolvimento rural. Recentemente, foi lançado o “Master Plan for the Acceleration and Expansion of the Economy”, que deverá orientar as políticas de desenvolvimento do país entre 2011 e 2025, contemplando seis corredores regionais, em que setores prioritários serão desenvolvidos.

Estudo do Banco Goldman Sachs prevê que a Indonésia poderá ser a sétima economia do mundo em 2050, com um PIB de US\$ 7 trilhões, à frente do Japão, Alemanha, França e Reino Unido.

Política externa

Após ter sua imagem internacional desgastada pelo processo de independência de Timor-Leste (com o qual, hoje, mantém Comissão de Verdade e Amizade), a Indonésia vem ganhando nova projeção externa na presente década. Além de ser um dos fundadores da ASEAN (criada em 1967), é membro do Movimento Não-Alinhado (sediou Reunião Ministerial, em maio de 2011), da APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico).

A Indonésia mantém boas relações com os vizinhos (relacionamento prioritário com os membros da ASEAN) e com os grandes países de fora de seu entorno. Durante o Governo Yudhoyono, foram também estabelecidas parcerias estratégicas com a China e a Índia, além de ter sido assinado, durante a visita do Presidente Barack Obama a Jacarta, em novembro de 2010, o Plano de Ação da Parceria Global dos dois países. O país tem demonstrado interesse em aproximar-se do Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), tendo proposto reunião entre os Chanceleres do IBAS sobre a questão palestina, à margem da 65ª Assembléia Geral da ONU.

Além do desempenho econômico, os avanços na projeção internacional da Indonésia derivam de sua dupla condição de maior país muçulmano do mundo e de Estado que adota princípios democráticos e pluralistas, com uma linha de moderação em sua política externa. Essas credenciais o habilitam a apresentar-se como potencial “ponte” entre as nações ocidentais e as islâmicas.

A Indonésia tornou-se importadora líquida de petróleo e deixou de ser membro da OPEP em 2008. Ocupa, no entanto, posição de relevo na produção e exportação de gás natural (12º produtor mundial, em 2009). Apesar de ainda ser um dos maiores emissores de gases causadores do efeito estufa, vem buscando papel de maior relevo na temática



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Relações Internacionais

ambiental, a qual constitui uma das prioridades da política externa e uma das áreas em que busca ampliar a cooperação com o Brasil.

Em nível multilateral, Brasil e Indonésia integram diversos grupos com posição comum, como, por exemplo, o G-20 comercial na OMC; o G-20 financeiro; o Grupo de Países Megadiversos Afins; e o F-11 (grupo de coordenação na área ambiental e de biodiversidade). Sobre o pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a Indonésia não manifestou posição definitiva. É tida por alguns analistas como potencial candidata a assento permanente em um CSNU reformado, ainda que não explicita tal aspiração. Tem preferido solução intermediária: ampliação do número de membros não-permanentes, e aumento da duração do mandato.

Elaborado pela Assessoria Internacional da Presidência da Câmara dos Deputados

Fontes:

Maço Informações DASEAN/MRE out/2012

http://www.asamblea.go.cr/Centro_de_informacion/default.aspx

http://www.ipu.org/parline-e/reports/2073_C.htm

<http://budimansudjatmiko.net/>

<http://www.mpr.go.id/fraksi/2009/2014/partai-demokrat>

<http://www.dpr.go.id/id/anggota/>